

O PROCESSO INTEGRACIONISTA DO MERCOSUL NO ANO DE 2007 PELO MODELO DA DIMENSÃO GLOBAL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

THE INTEGRATION PROCESS MERCOSUR IN 2007 BY MODEL OF GLOBAL DIMENSION OF REGIONAL INTEGRATION

André Bechlin

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PR – Brasil

Mirian Beatriz Schneider Braun

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PR – Brasil

Rubiane Danielle Cardoso

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PR – Brasil

Resumo: Este trabalho avalia a partir do Modelo da Dimensão Global da Integração Regional (DGIR), desenvolvido por Estrada (2004), qual o estágio da integração regional no ano de 2007 para o Mercado Comum do Sul – Mercosul, considerando Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Países-Membros do bloco). Para obtenção do Índice do Estágio da Integração Regional foram consideradas variáveis políticas, sociais, econômicas e tecnológicas com interesse homogêneo. Verificou-se que: para o ano de 2007 os índices políticos e econômicos foram classificados como em desenvolvimento e os índices social e tecnológico como desenvolvidos. Conclui-se que, embora tenha havido melhoras em todos os índices quando comparados com trabalhos anteriores, é necessário que os países membros do Mercosul busquem melhoras principalmente nas áreas política e tecnológica.

Palavras-chave: Comércio Internacional, Mercosul, Integração Regional.

Abstract: This paper aimed to analyze the advance of the regional integration process in the MERCOSUR (Southern Common Market), using a model developed for Professor Mario Ruiz Estrada, of the College of Economy and Administration of the University of Kuala Lumpur in Malaysia, the GDRI (Global Dimension of Regional Integration Model) and that as characteristic has differentiated the use of other variable for analysis, that not specifically of economic origin, derivatives of the evolution of the commerce processes. When inferring and comparing the external performance of the economies that compose the Mercosur, evaluating itself the impacts of the advance of the process of regional and commercial integration, are evidents the inequalities that exist in the block. However, a common evolution is observed, in the direction of intensification of the integration between the economies, mainly after the process of opening lived for the continent, beyond the advance of the integration in the context of the Mercosur, from the decade of 1990. The analyzed data show that, in the generality, these economies are if integrating to the world-wide market, and in parallel, accenting the integration degree enters the members of the block.

Key-words: International Trade, MERCOSUR, Regional Integration

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é avaliar, a partir do Modelo da Dimensão Global da Integração Regional (DGIR), o estágio da integração regional para o Mercado Comum do Sul – Mercosul no ano de 2007, considerando seus quatro Estados Membros: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Após quase três décadas de negociações buscando uma maior cooperação entre os países do Cone Sul, sempre permeada por disputas no campo político e problemas democráticos nos países, é durante a década de 1980 que se inicia efetivamente o processo integracionista na região. Frente à enorme dívida externa herdada dos regimes militares e à dificuldade de tomada de crédito no exterior por parte dos países latino-americanos é que ocorre a percepção da necessidade de cooperação entre tais países para a retomada de seu crescimento econômico.

Mais especificamente, no ano de 1985, quando Brasil e Argentina passam a ser administrados por governos civis e a convergência política passa a ser norteadas por alguns objetivos comuns é assinada a Declaração de Iguazu na qual estava expressa a intenção de promover e acelerar o processo de integração econômica bilateral, sendo esta o marco inicial da formação do Mercosul (LEME, 2006; SILVA, 2006).

De acordo com o Mercosul (2009), no ano de 2007 o bloco era formado por quatro Estados-Membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e seis Estados Associados (Bolívia, Chile, Peru, Colômbia, Equador e também a Venezuela).

No ano de 2006, segundo a ONU (2009), a população total da América do Sul era estimada em cerca de 379 milhões de habitantes, sendo o Brasil o país mais populoso dentre todos, com 51% deste total. Se considerados os quatro Estados-Membros do Mercosul, os mesmos representam 63% do total com aproximadamente 239 milhões de habitantes.

Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) para o ano de 2007, segundo o Banco Mundial (2009), cerca de 7,3% do total mundial é produzido na América do Sul correspondendo ao valor de aproximadamente US\$ 2.379.168 milhões. Novamente, se considerarmos os quatro Estados-Membros do Mercosul, os mesmos respondem por cerca de 68% (US\$ 1.611.170 milhões) de todo o PIB do continente sul americano. Porém é válido ressaltar que essa riqueza não é distribuída de forma uniforme; somente o Brasil é responsável por 81,52% desse total, seguido da Argentina com 16,29%, Uruguai com 1,44% e o Paraguai com apenas 0,76% do total.

Os métodos apresentados para avaliação da integração regional caracterizam-se principalmente por um caráter estático, prevalecendo na maioria das vezes o estudo através de apenas um campo do conhecimento, ignorando os demais.

Para Ciccolella (1994, p.45), existe “a necessidade de marcar os estudos, os diagnósticos e as propostas sobre o processo de integração que nos ocupa, dentro das transformações tecnológicas produtivas, sociais, políticas e territoriais que,

tanto em escala global como em nível nacional, vêm ocorrendo nos últimos 15 anos”.

Com relação à importância da integração econômica para os países, Izerrougene (2007) demonstra que dentre os efeitos da integração estão o aumento do investimento e da renda, a diversificação da demanda e o aumento da especialização intraindustrial e da dedução de que a importância dos fluxos intraindustriais corresponde ao grau de convergência nos níveis de desenvolvimento entre economias integradas. Entretanto, apenas países com características comuns podem chegar a uma homogeneização de seus níveis de desenvolvimento, através do mercado, não sendo este o caso dos países integrantes do MERCOSUL.

Nesses países, existem sim grandes discrepâncias entre os níveis de desenvolvimento dos Estados Partes e dos Estados Associados. A ausência de oportunidades para a promoção de um desenvolvimento igualitário entre todos os países pode representar para os mais pobres um ônus permanente e cumulativo e, para os mais ricos, o aumento de sua liderança frente aos demais, levando a crises no processo integracionista (IZERROUGENE, 2007).

Desse modo, a avaliação da integração não deve apenas concentrar-se nos efeitos sobre criação e desvio de comércio, devendo considerar as mudanças estruturais que o processo pode provocar nas mais diversas áreas. Assim, destaca-se a importância da avaliação do Mercosul através do Modelo da Dimensão Global da Integração Regional (DGIR), que engloba as perspectivas políticas, econômicas, sociais e tecnológicas na determinação do estágio da integração regional, avaliando tal processo integracionista através de uma perspectiva mais ampla.

Através desta análise é possível demonstrar como cada um dos Estados Membros comporta-se frente a cada uma dessas quatro perspectivas, sendo de fundamental importância para tomada de decisões do governo e da sociedade, a fim de reduzir ou mesmo dirimir tais discrepâncias, visando a uma integração econômica mais homogênea e igualitária.

Além desta parte introdutória, este artigo apresenta uma revisão de literatura acerca do surgimento da teoria da integração econômica e a manifestação desta na América do Sul, na segunda parte; os procedimentos metodológicos, na terceira parte; os resultados e discussão, na quarta parte; e, por fim, as considerações finais.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A integração regional passou a ter lugar privilegiado frente às pautas de discussão entre os países nos últimos sessenta anos e, a formação do conceito confunde-se com a questão do comércio internacional. De acordo com Machulp (1976, apud ROLIM, 1994, p.56) o uso da palavra integração para designar a combinação de economias separadas em grandes regiões econômicas passa a

ocorrer entre os anos de 1939 e 1942, sendo utilizada em documentos oficiais em 1947 e logo se dissemina, principalmente pela Europa e Estados Unidos.

A partir de então, o termo integração econômica regional começa a consolidar-se e torna-se um derivativo da teoria do comércio internacional. No ano de 1961, o economista Bela Balassa publica o livro intitulado *The Theory of Economic Integration*, considerado como marco inicial da teoria pura da integração econômica. De acordo com Balassa (1964) até então a "integração econômica" não tinha um conceito claro; alguns autores incluíam a integração social neste conceito, outros consideravam a cooperação internacional e ainda, alguns autores que consideravam a simples existência de relações comerciais entre países independentes como uma forma de integração.

Para Balassa (1964) a integração econômica pode ser considerada tanto como um processo como uma situação final, que ocorreu graças ao desenvolvimento deste mesmo processo. Como processo ela é entendida como a busca de medidas destinadas à abolição de discriminações entre os países e, como situação, corresponde à ausência destas diversas formas de discriminação.

Ainda é válida a distinção entre integração e cooperação, sendo esta não somente qualitativa, mas também quantitativa. A cooperação inclui apenas uma ação de tendência a diminuir certas discriminações ao passo que a integração econômica pressupõe medidas que conduzem a supressão de algumas formas de discriminação (BALASSA, 1964).

Os estágios que um processo de integração econômica pode passar são elencados por Balassa (1964), sendo eles: Área ou Zona de Livre-Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e Monetária e, o estágio final chamado de Integração Econômica Total. É válido destacar que segundo o autor não necessariamente todos esses estágios são seguidos até que o processo torne-se uma situação final ou mesmo a integração pode iniciar em estágio mais avançado do que uma simples zona de livre comércio.

A Área ou Zona de Livre-Comércio surge como o primeiro estágio do processo de integração econômica entre os países. Neste estágio inicial, ocorre a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias sobre o comércio de produtos entre os países participantes do bloco. Porém, cada país mantém suas restrições comerciais em relação aos demais países que não pertencem ao bloco (BALASSA, 1964).

Para evitar que produtos advindos de países não membros da área de livre-comércio beneficiem-se das preferências negociadas, existe a necessidade de criação de um certificado e de regras que definam a nacionalidade do produto (geralmente baseado no valor adicionado no país-membro); também faz-se necessário o alinhamento das taxas de câmbio dos países participantes, evitando o surgimento de superávits dos parceiros devido à competitividade induzida pela desvalorização cambial (GONÇALVES *et al.*, 1998 e BAUMANN *et al.*, 2004).

O segundo estágio do processo de integração é a União Aduaneira que, assim como a área de livre-comércio, configura-se como um acordo entre os países

do bloco econômico. De acordo com Balassa (1964), além da eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias sobre o comércio de produtos, neste estágio ocorre a equalização dos direitos em relação ao comércio com países não membros do bloco econômico.

Para Gonçalves *et al.* (1998), este estágio ocorre através da fixação de uma tarifa externa comum (TEC) aos países que não fazem parte do bloco, não sendo mais necessário o certificado de origem dos produtos, pois qualquer produto advindo de um país não membro recebe a mesma tarifação. Baumann *et al.* (2004) ressaltam ainda que diante de uma negociação internacional os países-membros da união aduaneira respondem de forma única e, começa a ocorrer a necessidade de convergência das políticas cambiais, monetárias e fiscais para um alinhamento dos ciclos econômicos dos países-membros.

O estágio seguinte, considerado já bastante avançado, configura-se na formação de um Mercado Comum, que engloba as medidas dos estágios anteriores, acrescida a possibilidade de livre circulação dos demais fatores produtivos, sejam eles pessoas, serviços ou capitais (BALASSA, 1964).

Além da coordenação das políticas cambial, fiscal e monetária, torna-se necessário compatibilizar as legislações correspondentes dentre as quais estão as normas trabalhistas, previdenciárias, regulação de capital, proteção aos investidores, regulação de concorrência e outras. Dada a necessidade de tomada de decisões internas e externas, surge a necessidade da existência de instituições supranacionais, visando a decisões homogêneas (BAUMANN *et al.*, 2004).

O estágio posterior à constituição de um Mercado Comum é a formação de uma União Econômica, na qual, segundo Balassa (1964, p.13), “associa a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e fatores com um certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais”, visando à abolição de possíveis discriminações resultantes de diferenças entre essas políticas.

Posteriormente a esse estágio, chega-se à fase final do processo de integração através da Integração Econômica Total, com a unificação das políticas monetárias (criação de uma moeda única comum), fiscais, sociais e anticíclicas, comandadas pela autoridade supranacional, sendo suas decisões obrigatoriamente aceitas pelos países-membros (BALASSA, 1964; CARBAUGH, 2004).

Balassa (1964, p.13-14) situa a teoria da integração da seguinte forma:

A teoria da integração econômica pode ser encarada como um aspecto da economia internacional, mas também alarga o campo da teoria do comércio internacional na medida em que analisa a influência de uma fusão de mercados nacionais sobre o crescimento e examina a necessidade de coordenação das políticas econômicas no interior de uma união. Finalmente, a teoria da integração econômica deve considerar também elementos da teoria da localização. A integração de países vizinhos conduz à abolição de barreiras artificiais que impedem a atividade econômica contínua através das fronteiras nacionais e a alteração da localização da produção e as tendências de concentração e descentralização regionais daí resultantes não podem ser

convenientemente discutidas sem utilizar os instrumentos da análise locacional.

Traçados os conceitos teóricos básicos acerca da integração econômica, segue-se para uma breve demonstração das manifestações integracionistas na América do Sul que culminaram na criação do Mercosul.

De fato, desde o início da década de 1950 os países mais ao Sul da América Latina – Argentina, Brasil, Chile e Uruguai – mantinham um nível de relação comercial considerável, cerca de 12,2% de todo o comércio realizado com o exterior no ano de 1953 (FURTADO, 1978).

Com o deslocamento da hegemonia internacional da Europa para os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1958 o governo brasileiro lançou a Operação Pan-Americana (OPA) com o intuito de receber o apoio dos norte-americanos na proposta de liderança regional do Brasil; nesse mesmo período o governo argentino também buscava uma ajuda para seu desenvolvimento em nome dos interesses estratégicos norte-americanos na região. Esses argumentos são fortalecidos pela Revolução Cubana e pela percepção de que o atraso latino-americano poderia ser um ponto de vulnerabilidade da política externa da Guerra Fria dos Estados Unidos. Essa convergência de interesses argentinos e brasileiros em prol de seu desenvolvimento passou a ser chamada de Aliança para o Progresso e foi o precedente para a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (PINTO, 2006).

O Cone Sul (Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e parte do Brasil) representa então, a porção da América Latina na qual o desejo de integração faz-se constantemente presente desde meados da década de 1940.

Além da Aliança para o Progresso, do ano de 1958, que serviu como base para a criação da ALALC, o Cone Sul já havia buscado uma integração através de uma União Aduaneira entre o Brasil e a Argentina no ano de 1941. Porém, tal anseio não se concretizou devido a marcantes diferenças políticas e diplomáticas que se manifestaram entre esses países após a ofensiva japonesa à base americana de Pearl Harbor e a tomada de atitudes distintas em relação às potências do eixo (GARCIA, 2007).

Essa divergência de políticas externas ficou evidente durante o período da Guerra Fria. Enquanto a Argentina mantinha uma postura de país não alinhado, o Brasil, em busca de reconhecimento frente à comunidade internacional manteve uma posição de apoio aos norte-americanos (SILVA, 2006).

Outro fato que resultou em aumento da rivalidade entre os dois países deve-se à industrialização e urbanização ocorridas no Brasil após a década de 1930, levando o país ao *status* de potência na sub-região. Porém, o confronto tornou-se iminente na década de 1970 após a assinatura do Tratado de Itaipu entre o Brasil e o Paraguai para construção da Hidrelétrica de Itaipu, frustrando um projeto hidrelétrico argentino próximo à região de Itaipu. A normalidade do equilíbrio geopolítico só foi restaurada em 1979, após a assinatura de um acordo

entre os três países para construção de uma hidrelétrica em território argentino (SILVA, 2006). Na realidade, essa seqüência de fatos é um reflexo da rivalidade histórica existente entre Brasil e Argentina, herdada das disputas portuguesas e espanholas por território nas então colônias.

Durante a década de 1980, com a enorme dívida externa herdada dos regimes militares e a crise externa vivida por ambos, que impossibilitava a tomada de crédito no exterior, houve a percepção da necessidade de cooperação para a retomada do crescimento. Mais especificamente, no ano de 1985, quando ambos os países passaram a ser administrados por governos civis, a convergência política era norteadada por alguns objetivos comuns, demonstrados por Leme (2006, p. 113):

a) a consolidação das democracias; b) a necessidade de preservar a estabilidade político-estratégica regional; c) a urgência em redefinir critérios de inserção internacional; d) a importância em resgatar a credibilidade junto à comunidade econômica internacional; e) a necessidade de atuar de forma coordenada perante problemas comuns a ambos, como o elevado endividamento externo e o crescente protecionismo comercial dos países desenvolvidos e, f) a urgência em encontrar alternativas à crise do modelo desenvolvido que, por mais de cinco décadas, havia condicionado as duas economias, tanto no campo econômico como na esfera político-diplomática, o nacional-desenvolvimentismo.

A aproximação definitiva teve início em novembro de 1985 quando foi assinada a Declaração de Iguazu, na qual estava expressa a intenção de promover e acelerar o processo de integração econômica bilateral. Nesse mesmo ano também foi assinada a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, afirmando os propósitos pacíficos dos programas nucleares desenvolvidos por ambos e a intensificação da cooperação nessa área; além desses, outros documentos acerca da segurança foram assinados, visando à superação da tensão existente entre os países (SILVA, 2006).

A partir de então, na área econômica também ocorreu a assinatura de diversos documentos de cooperação. Já em 1986 foi firmada a Ata de Integração Brasileiro-Argentina que estabelecia os princípios fundamentais do Programa de Integração e Cooperação Econômica - PICE (SILVA, 2006).

De acordo com Dutra Júnior (2006), em 1988 foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento que consolidava um processo de integração bilateral e buscava a instituição, em um prazo de dez anos, de um mercado comum entre os dois países. Nesse mesmo ano, segundo Silva (2006) também foi celebrada a Ata de Alvorada, uma decisão tripartite, que previa a integração do Uruguai aos acordos bilaterais entre Brasil e Argentina.

Dando seqüência à busca pela integração foi assinada no mês de julho de 1990 o Tratado de Buenos Aires no qual estava afirmada a decisão de estabelecimento de um mercado comum bilateral entre a Argentina e o Brasil até o

final do ano de 1994. Porém, em setembro do mesmo ano, dado o interesse do também vizinho Paraguai, os representantes desse, do Brasil, da Argentina e do Uruguai acordaram com a criação do mercado comum entre os quatro, tendo este novo arranjo a base já estabelecida pelo Tratado de Buenos Aires (SILVA, 2006).

Assim, no dia 26 de março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, com o intuito de criar o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Dada a partilha de valores que são expressos pelas suas sociedades democráticas, pluralistas, defensoras das liberdades fundamentais, dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, da consolidação da democracia, da segurança jurídica e do combate à pobreza e, com o desenvolvimento econômico e social com equidade (MERCOSUL, 2009).

Assim, busca-se através da integração entre os países a ampliação de seus mercados nacionais e a conseqüente aceleração dos processos de desenvolvimento econômico. Para tal o objetivo do Tratado foi a integração dos países-membros através da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum, adoção de políticas comerciais comuns, coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e ainda com a harmonização de legislações nas áreas pertinentes (MERCOSUL, 2009). Segundo Pereira (1998), o Tratado de Assunção foi um instrumento legal para o estabelecimento das negociações de constituição do mercado comum.

Em dezembro de 1994 foi aprovado um Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, que estabelecia a estrutura institucional do Mercosul e a sua dotação de personalidade jurídica internacional. Neste mesmo encontro concluiu-se o período de transição e foram adotados os instrumentos necessários de política comercial comum para caracterizá-lo como uma União Aduaneira. Essa nova etapa foi adotada para atingir um mercado único com maior crescimento econômico para os países-membros através da especialização produtiva, das economias de escala, da complementação comercial e do poder de negociação do bloco frente aos demais blocos e países (MERCOSUL, 2009).

No dia 1º de janeiro de 1995 entrou em vigor o acordo de União Aduaneira entre os países-membros, segundo o qual todos poderiam adotar a mesma TEC. Em 1996, ocorreram as adesões de Chile e Bolívia ao Mercosul na condição de membros associados (GARCIA, 2007).

A entrada da Venezuela no bloco foi assinada em Caracas no ano de 2006, fixando um prazo de quatro anos para a incorporação plena de tal país ao bloco. Deste modo, além dos quatro países-membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), o Mercosul conta com a Bolívia, Chile, Peru, Colômbia, Equador e também a Venezuela como Estados associados (MERCOSUL, 2009).

Após a descrição histórica do processo de formação do Mercosul passar-se-á para a descrição dos procedimentos metodológicos propostos, a fim de avaliar o estágio de integração regional de tal bloco.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando que a análise dos processos de integração na área econômica tem um cunho quase que estático herdado do enfoque neoclássico, este trabalho pretende utilizar uma modelagem mais abrangente desenvolvida por Estrada (2004) para o estudo da evolução das integrações regionais, partindo de uma perspectiva global. Este novo modelo é chamado de Modelo da Dimensão Global da Integração Regional (Modelo DGIR). A vantagem deste modelo sobre os demais existentes até então está na possibilidade de estudar a integração regional a partir das perspectivas políticas, sociais, econômicas e tecnológicas simultaneamente.

De acordo com Estrada (2004), existem quatro etapas básicas na implementação do Modelo DGIR:

1. Criação do *design* da entrada de dados em tabelas múltiplas;
2. Medição de forma individual de Índices Globais de Desenvolvimento Regional representados por X_i , que incluem o Índice Global de Desenvolvimento Político Regional (X_1), o Índice Global de Desenvolvimento Social Regional (X_2), o Índice Global de Desenvolvimento Econômico Regional (X_3) e o Índice Global de Desenvolvimento Tecnológico Regional (X_4).
3. Medição do Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR).
4. Medição do Estágio de Integração Regional (EIR).

Os quatro Índices Globais (Político, Social, Econômico e Regional) podem ser classificados em três categorias após sua obtenção:

- Nível 1 ou subdesenvolvido $\Rightarrow 0 \leq X_1, X_2, X_3, X_4 \leq 0,33$;
- Nível 2 ou em desenvolvimento $\Rightarrow 0,34 \leq X_1, X_2, X_3, X_4 \leq 0,66$ e;
- Nível 3 ou desenvolvido $\Rightarrow 0,67 \leq X_1, X_2, X_3, X_4 \leq 1$.

Segundo Estrada (2004), o número de variáveis utilizadas no Modelo DGIR varia dependendo dos objetivos do trabalho. No caso deste artigo foram adotadas 98 variáveis com seus respectivos parâmetros.

Para o Índice Global de Desenvolvimento Político Regional (X_1) foram consideradas 19 variáveis dentre as quais podemos destacar o foco do modelo de integração, o regime político, a segurança do país, o respeito aos direitos humanos, o número de partidos políticos, o sistema de governo, o tamanho do exército e o nível de burocracia da esfera estatal.

O Índice Global de Desenvolvimento Social Regional (X_2), por sua vez, teve consideradas 13 variáveis, dentre as quais estão o grau de alfabetização da população, o número de religiões, os problemas sociais, a atenção do governo à saúde da população, o acesso à educação pública de qualidade, a existência de projetos habitacionais de baixo custo e a influência da cultura externa sobre a população.

Já o Índice Global de Desenvolvimento Econômico Regional (X_3) teve consideradas 53 variáveis, sendo essas relacionadas com fatores externos da economia, consumo, comércio, trabalho, investimento, infraestrutura e administração pública.

Por último, para o Índice Global de Desenvolvimento Tecnológico Regional (X_4) foram consideradas 10 variáveis relativas ao nível tecnológico do país, produção de *softwares*, número de acessos à internet, número de telefones móveis, número de institutos de pesquisa e investimento público em pesquisa e desenvolvimento.

Para cada uma das variáveis (tanto quantitativas quanto qualitativas) são atribuídos parâmetros, cujo resultado será igual a zero ou igual a um. A razão para usar o sistema binário, em cada entrada de dados, é que todas as variáveis têm o mesmo nível de importância e peso no estudo da integração regional. O sistema binário contribui para manter um equilíbrio entre todas as variáveis em cada entrada de dados. Outra razão é que o sistema binário contribui para criar um modelo alternativo de análise de países com informação limitada, especialmente no caso dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos (ESTRADA, 2004).

Ainda é válido ressaltar que a mensuração de tais variáveis é feita através de consulta à base de dados junto aos governos nacionais, a bancos centrais e ainda a organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Após a definição de todas as variáveis e de seus parâmetros, esses são listados em cada entrada de dados. O próximo passo é a soma dos valores de todas as variáveis na coluna da Situação Atual (SA) e do Total de Resultados Possíveis (TRP). Com os TRPs definidos, o próximo passo é calcular cada Índice Global de Desenvolvimento Regional (X_i). O cálculo é feito mediante a aplicação da Equação 1 para os valores na entrada de dados multitabela.

$$X_i = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{\sum_{i=1}^n TRP(i)} * 100 \quad 1)$$

Cada Índice Global de Desenvolvimento Regional (X_i) desempenha um papel importante na medição do Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR) e do Índice do Estágio de Integração Regional (EIR). Estes dois índices podem ser afetados por qualquer alteração nos Índices X_i , no curto e no longo prazo.

A terceira fase da implementação geral do Modelo DGIR apresenta uma definição sobre o Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR), sendo este um indicador para comparar diferentes períodos históricos do processo de integração regional em qualquer região, sendo baseado nos Índices Globais de Desenvolvimento Regional (X_i) de uma região. Portanto, o Índice DGR é um meio de analisar a evolução de qualquer processo de integração regional a partir de uma perspectiva global. Para o DGR é plotado um gráfico com base nos índices X_i e que

consiste em quatro áreas diferentes, onde cada área tem um limite equivalente a 0,25, sendo o valor total destas quatro áreas igual a 1.

A última fase na implementação do Modelo DGIR é a medição do Índice do Estágio de Integração Regional (EIR). O Índice EIR mede o grau ou estágio de desenvolvimento da integração regional realizada por qualquer região nas suas diferentes fases de evolução. O índice EIR é considerado uma variável dependente no Modelo DGIR.

Na medição do Índice EIR são utilizados os quatro Índices Globais de Desenvolvimento Regional (X_i): Índice Global de Desenvolvimento Político Regional (X_1); Índice Global de Desenvolvimento Social Regional (X_2); Índice Global de Desenvolvimento Econômico Regional (X_3) e Índice Global de Desenvolvimento Tecnológico Regional (X_4). Um coeficiente constante – Abordagem da Inclinação da Integração Regional (AIIR) - também é usado concomitantemente, sendo representado por "a", "b", "c" e "d" na Equação 2 e é aplicado a cada um dos Índices Globais de Desenvolvimento (X_i). Cada AIIR (a, b, c, ou d) tem um limite que é igual a 0,25, sendo chamada de AIIR com Interesse Homogêneo, ou seja, sua soma não será superior a 1, demonstrado na Equação 3.

$$Y = EIR = aX_1 + bX_2 + cX_3 + dX_4 \leq 1 \quad 2)$$

$$a = 0,25 + b = 0,25 + c = 0,25 + d = 0,25 = 1 \Rightarrow \text{AIIR de Interesse Homogêneo} \quad 3)$$

Após a determinação do tipo de AIIR a ser aplicado, o Índice do Estágio de Integração Regional (EIR) é medido de acordo com a Equação 2. A análise do índice EIR pode revelar um dos três diferentes cenários, a saber:

- (a) fase subdesenvolvida ($0 \leq EIR \leq 0,33$);
- (b) fase de desenvolvimento ($0,34 \leq EIR \leq 0,66$) e;
- (c) fase de desenvolvimento consolidado ($0,67 \leq EIR \leq 1$).

A representação gráfica do Índice EIR é apresentada pela Figura 1 que, por sua vez, é constituída por cinco eixos, cada um dos quais tem um valor positivo (representado por uma porcentagem). Uma vez que os eixos do gráfico estão em vigor, o próximo passo será a representação em quatro eixos da parcela de cada um dos quatro índices X_i (político, social, econômico e tecnológico). Esses Índices X_i são variáveis independentes e a soma dos quatro é igual a 1.

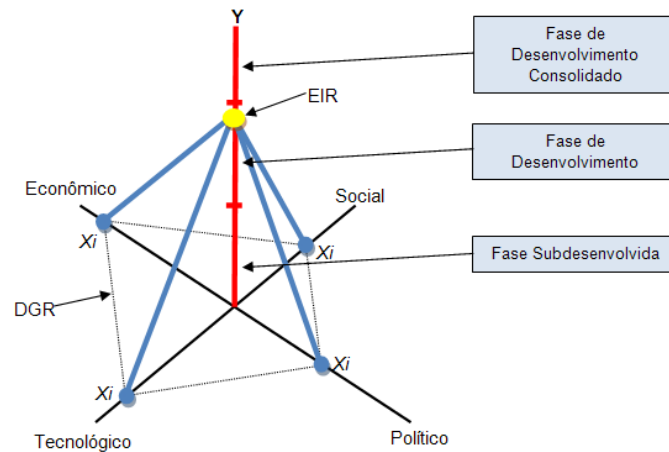


Figura 1– Índice do Estágio de Integração Regional (EIR)

Fonte: Estrada (2004)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim, para o Índice Global de Desenvolvimento Político Regional ($X1$) no ano de 2007 os quatro Países-Membros obtiveram um índice igual a 0,575. Com tal resultado, o bloco econômico do Mercosul pode ser classificado em um estágio de integração de nível 2 ou em desenvolvimento quando consideradas as variáveis políticas.

O Índice Global de Desenvolvimento Social Regional ($X2$), por sua vez, para o bloco no ano de 2007 foi igual a 0,711, sendo considerado de nível 3 ou desenvolvido, índice com valor mais significativo perante os demais.

Já o Índice Global de Desenvolvimento Econômico Regional ($X3$) teve um resultado na categoria em desenvolvimento, sendo igual a 0,411, pesando negativamente no EIR.

E, por fim, o Índice Global de Desenvolvimento Tecnológico Regional ($X4$) para o Mercosul, no ano de 2007, também enquadrou-se na categoria desenvolvido, tendo valor igual a 0,700.

Aplicando-se a metodologia para obtenção do Índice de Desenvolvimento Global Regional, obteve-se o valor igual a 0,348, considerado de expansão quando comparado com trabalho anterior desenvolvido por Estrada (2004) para as décadas de 1980 e 1990, onde tal índice apresentou valores iguais a 0,08 e 0,15 respectivamente.

Como ressaltado anteriormente, este trabalho assumiu um coeficiente constante, através da Abordagem da Inclinação da Integração Regional (AIIR) com interesse homogêneo, atribuindo um peso de 0,25 para cada um dos Índices X_i ,

para obtenção do Estágio de Integração Regional, sendo este apresentado pela Fig. 2.

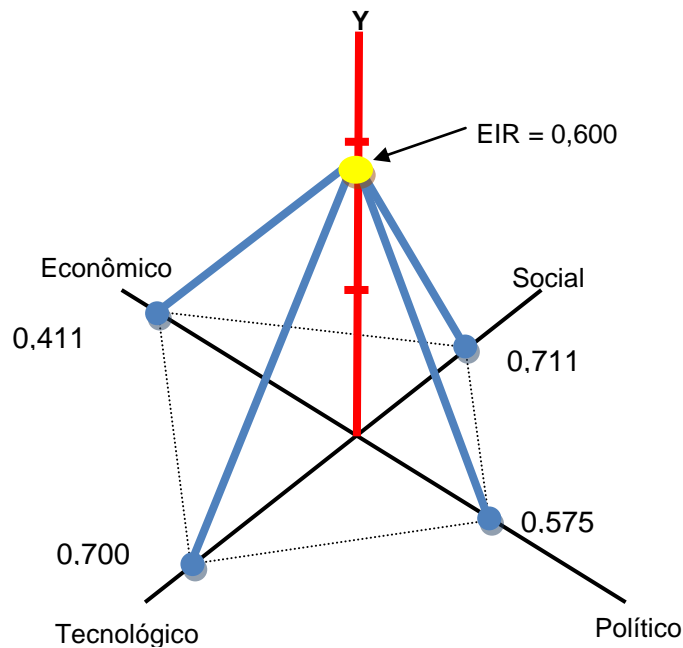


Figura 2 – Índice do Estágio de Integração Regional (EIR) do Mercosul - 2007

Fonte: Dados da pesquisa

Como pode ser observado na Figura 4, através dos Índices X_i obteve-se o valor do Estágio de Integração Regional igual a 0,600, enquadrando o Mercosul como um bloco econômico em fase de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da integração econômica passou a ter grande expressão após a Segunda Guerra Mundial, momento no qual os países perceberam que o protecionismo exacerbado já não possibilitava o desenvolvimento econômico.

Na América do Sul, após inúmeras tentativas frustradas de integração, na década de 1980 tem início a formação do Mercosul, através da iniciativa de dois de seus principais países, Argentina e Brasil, visando ao desenvolvimento regional após um período de intensa crise.

Este trabalho procurou avaliar, a partir do Modelo da Dimensão Global da Integração Regional (DGIR), o estágio da integração regional para o Mercado

Comum do Sul – Mercosul no ano de 2007, considerando seus quatro Estados-Membros: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Para esse ano o bloco obteve um Índice Global de Desenvolvimento Político Regional igual a 0,575; o Índice Global de Desenvolvimento Social Regional foi igual a 0,711; o Índice Global de Desenvolvimento Econômico Regional teve valor igual a 0,411; e, por último, o Índice Global de Desenvolvimento Tecnológico Regional foi igual a 0,700.

Então, os índices das variáveis políticas e econômicas foram classificados como nível 2 ou em desenvolvimento, e os índices relacionados às variáveis sociais e tecnológicas foram classificados como nível 3 ou desenvolvidos.

Considerando tais valores e uma abordagem de interesse homogêneo, o Mercado Comum do Sul pode ser considerado como um bloco econômico em desenvolvimento, tendo obtido um valor para o Estágio de Integração Regional igual a 0,600. Partindo-se dessa classificação, conclui-se que, embora tenham ocorrido melhoras em todos os índices, os países analisados devem buscar melhorias nas áreas política e econômica, com vistas a elevar o Mercosul ao *status* de bloco econômico desenvolvido, uma vez que esses países ainda fazem parte do contexto de países em desenvolvimento, sendo a integração econômica uma alternativa para estimular o crescimento e o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

BALASSA, B. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1964. 452 p.

BANCO MUNDIAL. **Data & Research**. Disponível em: <<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/0,,menuPK:476823~pagePK:64165236~piPK:64165141~theSitePK:469372,00.html>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. *Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004. 441 p.

CARBAUGH, R. J. **Economia Internacional**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2004. 587 p.

CICCOLELLA, P. J. **O Capitalismo Histórico: Entre o Protecionismo e a Integração em Blocos Econômicos**. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 43-54.

DUTRA JUNIOR, J. C. **Integração Econômica e Direito da Integração: Fundamentos do Direito do Mercosul**. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006.

ESTRADA, M. A. R. Global Dimension of Regional Integration (GDRI) Model. **FEA Working Paper**, n. 07, 2004. Disponível em: <
http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=672861>. Acesso em: 11 jan. 2009.

FURTADO, C. **A Economia Latino-Americana**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 339 p.

GARCIA, V. P. V. **A Dimensão Social dos Processos de Integração Regional**: As estratégias do Mercosul e da União Européia. 2007. 108f. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

GONÇALVES, R.; BAUMANN, R.; PRADO, L. C. D.; CANUTO, O. **A Nova Economia Internacional**: Uma Perspectiva Brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus. 1998. 392 p.

IZERROUGENE, B. Os Obstáculos à Integração de Economias Desiguais: O Caso do Mercosul. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 2, n. 11, 2007. Disponível em: <
http://www.usp.br/prolam/downloads/2007_2_6.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2009.

LEME, A. A. S. P. **A Declaração de Iguazu (1985)**: A Nova Cooperação Argentino-Brasileira. 2006. 195 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MACHULP, F. A History of Thought on Economic Integration. In: MACHULP, F. **Economic Integration: Worldwide, Regional, Sectoral**. Londres: Macmillan Press, 1976. p. 61-85.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul Portal Oficial. Disponível em: <
<http://www.mercosur.int/msweb/Portal%20Intermediario/PT/index.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2009.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Demographic Yearbook**. Disponível em: <
<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/dyb/dyb2.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

PEREIRA, L. V. Tratado de Assunção: Resultados e Perspectivas. In: BRANDÃO, A. S. P.; PEREIRA, L. V. **Mercosul**: Perspectivas da Integração. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 11-46.

PINTO, H. E. M. **A Estratégia de Integração Econômica Regional na América Latina**: O Caso da Comunidade Andina. 2006. 254f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROLIM, C. F. C. Integração X Integração – A Busca dos Conceitos Perdidos. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 55-88.

SILVA, L. T. Política Externa Brasileira para o Mercosul: Interesses Estratégicos e Crise da Integração Regional. 2006. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Submetido em 24/03/2010.

Aprovado em 22/02/2013.

Sobre os autores:

André Bechlin

Economista formado pela Unioeste. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Unioeste.

Endereço: Rua da Faculdade, Jardim Santa Maria. CEP: 85903-000 - Toledo, PR – Brasil.

E-mail: andrebech@hotmail.com

Mirian Beatriz Schneider Braun

Economista formada pela Unioeste, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná, Dra em História Econômica pela Universidade de León Espanha e cursando pós doc na USP-Esalq de Piracicaba. Professora do Colegiado de Economia e da Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Pesquisadora do GEPEC.

Endereço: Rua da Faculdade, Jardim Santa Maria. CEP: 85903-000 - Toledo, PR – Brasil.

E-mail: mirianbraun@unioeste.br

Rubiane Danielle Cardoso

Economista formada pela Unioeste. Mestranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Unioeste.

Endereço: Rua da Faculdade, Jardim Santa Maria. CEP: 85903-000 - Toledo, PR – Brasil.

E-mail: rubycardoso@hotmail.com